



Organizações Rurais & Agroindustriais

ISSN: 1517-3879

fic@unaes.com.br

Universidade Federal de Lavras

Brasil

Lengler, Letícia; Lago, Adriano; Arruda Coronel, Daniel
A organização associativa no setor apícola: contribuições e potencialidades
Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 9, núm. 2, 2007, pp. 151-163
Universidade Federal de Lavras
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87890201>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA NO SETOR APÍCOLA: CONTRIBUIÇÕES E POTENCIALIDADES

Associative beekeeping organization: contributions and potentialities

Letícia Lengler¹, Adriano Lago², Daniel Arruda Coronel³

RESUMO

Neste artigo propõe-se a discussão sobre cooperação e a organização associativa, seus benefícios, os principais entraves para uma maior consolidação dessa forma de organização e o conseqüente salto de desenvolvimento do setor apícola. Objetiva-se, assim, analisar se o associativismo apícola possui relevância à capacidade de articulação e desenvolvimento do setor. Para responder a esse objetivo, na pesquisa, utilizaram-se entrevistas não estruturadas com representantes da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), da Federação Apícola do Rio Grande do Sul (FARGS), de associações apícolas e com especialistas da área. Procurou-se abordar a relevância da atividade apícola, seu histórico e contribuições para o desenvolvimento do agronegócio, tratando não só da problemática do mercado externo diante dos embargos, mas também dos problemas internos de consumo e de comercialização dos produtos apícolas. Foi possível constatar que, mesmo que o associativismo apresente problemas que necessitam ser superados, como a falta de comprometimento e oportunismo de alguns associados em relação à organização associativa, o grupo percebe a força da coletividade que possui, sendo capaz de articular o setor na busca do seu desenvolvimento, assim como do mercado potencial.

Palavras-chave: organização associativa, setor apícola, desenvolvimento, mercado.

ABSTRACT

This article aims to discuss on the cooperation and associative organization, its benefits and its main hindrances for a bigger consolidation of this type of organization. It also discusses the sudden and consequent development in the beekeeping sector. Therefore, it is set out as objective, to analyze whether the associative beekeeping is relevant regarding to the articulation and development capacity of the sector. In order to reach this objective, the research has used information obtained through a seminary, in which debates about beekeeping occurred; non structured interviews, with representatives of Confederação Brasileira de Apicultura - CBA, Federação Apícola do Rio Grande do Sul - FARGS, beekeeping associations, and with specialists of the area. It was intended to approach to the beekeeping activity relevance, its history, and its contributions to the agribusiness development, concerning not only to the external market problem in face of the embargos, but also, internal problems related to the consumption and commercialization of the bee products. It was possible to note that, even the associativism present problems which demands to advance and to be overcome, such as the lack of commitment and the opportunism of some associates in face of the associative organization, the group realizes the collective strength they have, being capable to articulate the sector aiming its development, as well as the potential market development.

Key words: associative organization, beekeeping sector, development, market.

1 INTRODUÇÃO

A utilização de mel na alimentação humana não é uma prática recente, conforme relatam diversas pesquisas históricas de achados arqueológicos. Porém, a atividade apícola, conforme conhecemos na atualidade, com seus diversos produtos e utilidades, constitui fato bem mais recente, fruto da evolução das constantes observações do homem ao longo dos tempos, transformadas em pesquisas aplicadas.

A apicultura, atividade em que são aproveitados os mais variados produtos, como geléia real, cera, própolis, pólen, mel e até mesmo o veneno das abelhas (apitoxina), é uma atividade realizada, principalmente por agricultores que têm na criação de abelhas uma atividade complementar de renda em suas propriedades. Essa forma de exploração da atividade dá ao setor as características de ser pulverizado, pouco especializado e de baixa intensidade tecnológica. Assim, as organizações de natureza coletiva podem transformar, por meio da união e cooperação, os

¹Graduada em Administração – UFSM, Mestranda em Agronegócios pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios – CEPAN/ UFRGS, Bolsista da CAPES e membro do grupo de pesquisa Organização e Estratégia UFRGS – Rua Arsênio Machado Soares, n.110 – Camobi – Santa Maria, RS – 97110-110 – Rua Washington Luiz 855, Centro – Porto Alegre, RS – 90010-460 – llenglerworld@yahoo.com

²Engenheiro Agrônomo – UFSM, Mestre em Extensão Rural – UFSM e Doutorando em Agronegócios – CEPAN/UFRGS, Bolsista do CNPq e membro do grupo de pesquisa Organização e Estratégia da UFRGS – Rua Washington Luiz, 855 – Centro – Porto Alegre, RS – 90010-460 – adrianolago@yahoo.com.br

³Economista – UFSM, Mestrando em Agronegócios – CEPAN/UFRGS, bolsista da CAPES e membro do grupo de pesquisa Organização e Estratégia da UFRGS – Rua Washington Luiz, 855 – Centro – Porto Alegre, RS – 90010-460 – daniel.coronel@ufrgs.br

* Os autores agradecem a colaboração da mestranda Carolina Balbé de Oliveira <carolinabalbe@yahoo.com.br> e, em especial, da profa. Dra. Tânia Nunes da Silva, coordenadora do CEPAN/UFRGS – tnsilva@ea.ufrgs.br

pequenos agricultores dispersos em uma força coesa, principalmente nas relações políticas e econômicas, especialmente nas esferas da comercialização (de insumos e produtos), do processamento primário, da prestação de serviços, etc.

Dessa forma, observa-se serem necessárias estratégias possíveis que visam à sobrevivência e à competitividade mercadológica da atividade apícola, sendo a cooperação uma dessas possibilidades em busca de vantagens competitivas.

Percebe-se assim a relevância das organizações coletivas, principalmente no que tange à viabilização de iniciativas que individualmente têm dificuldade de obter sucesso, promovendo a atuação conjunta dos indivíduos. Essas organizações podem ainda contribuir para o fortalecimento do empreendimento e da atividade apícola. Portanto, quer-se analisar se o associativismo apícola possui relevância quanto à capacidade de articulação e desenvolvimento do setor.

Nessa perspectiva é que se propõe a presente discussão, trazendo no eixo central a cooperação, como mecanismo propulsor para o enfrentamento das dificuldades recorrentes, bem como as formas e a importância da organização de um setor dotado de capacidade geradora de desenvolvimento. Na seção seguinte, abordam-se o histórico, as contribuições do setor e a composição da atividade. Posteriormente, exploram-se as dificuldades no associativismo e ressaltam-se as alternativas de mercado e seus entraves, finalizando com as considerações finais.

2 COOPERAÇÃO: PRINCÍPIO BÁSICO DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS

Ao relacionar algumas considerações sobre o associativismo não se pode deixar de mencionar que essa iniciativa acompanha o homem em praticamente toda a sua caminhada sobre a Terra, ou seja, a cooperação é tão antiga quanto a própria raça humana. E, talvez, sem ela, os seres humanos estivessem ainda vivendo em cavernas, pois, de uma forma ou de outra, a cooperação ajudou o homem a superar dificuldades a ele impostas.

A cooperação se caracteriza como um princípio básico da humanidade. Sendo assim, Zamberlam & Froncheti (1992) afirmam que a cooperação é uma forma de organização de trabalho existente e que pode ser encontrada em todas as formas sociais e modos de produção (comunal primitivo, escravista feudal, capitalista e socialista).

Segundo os mesmos autores, a cooperação na produção agrícola existe desde o período da comunidade primitiva, quando surgiram formas simples ou elementares de trabalho coletivo. Por exemplo: empréstimo de instrumentos de trabalho, utilização comum de meios de produção – pastagens, águas, terras – até as modernas sociedades com sofisticadas divisões técnicas de trabalho.

Para Cattani (2003), o termo cooperação tem o significado semântico de ato de cooperar, ou operar simultaneamente, trabalhar em comum, colaborar, sempre em oposição à perspectiva individual e individualista, sinalizando um sentido de movimento coletivo.

Na pluralidade das organizações de natureza coletiva, fundamentadas no princípio de cooperação, destacam-se as cooperativas e as associações conforme o Quadro 1:

QUADRO 1 – Definição técnica.

Cooperativas	Associações
associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender a necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, mediante uma empresa coletiva e democraticamente controlada	sociedade civil sem fins lucrativos cuja finalidade é representar e defender os interesses dos cidadãos associados, buscando estimular a melhoria técnica, profissional e social dessas pessoas.

Fonte: Cattani (2003).

O autor citado salienta, ainda, que as cooperativas estão baseadas nos valores e nos princípios do cooperativismo de viver melhor. O movimento cooperativista teve origem na Inglaterra, no século XIX, com os pioneiros de Rochdale, motivados, entre outros aspectos, pela crescente marginalização dos pequenos artesãos da época, que foram sendo substituídos pelas máquinas de tear industriais que surgiram.

Nos tempos modernos, os períodos de crise caracterizam a sociedade, em especial pós- modernização dos processos produtivos, mais marcadamente após a Segunda Guerra Mundial. Esses períodos também corresponderam a determinados fenômenos no sentido da busca da união dos pequenos agricultores para a superação desses diferentes empecilhos, que são criados sob esse contexto, a cada decênio substancialmente alterado (CADONÁ & VELA, 1994).

Em Barrios (1995), lê-se que o cooperativismo brasileiro surgiu em consequência da imigração de povos europeus, principalmente de origem germânica, os quais começaram a trabalhar no Sul do Brasil a partir de 1824. A vinda desses imigrantes foi estimulada pela política imperial de ocupação rápida das grandes áreas vazias dos estados daquela região

Esses imigrantes europeus, desde muito cedo, puseram em marcha uma série de mecanismos e de estratégias de sobrevivência física e cultural. Organizaram as suas comunidades, estruturaram um comércio sempre mais amplo, desenvolveram um artesanato variado e eficiente, construíram suas igrejas e edificaram vasta rede escolar de cunho nitidamente comunitário.

Esses imigrantes desenvolveram atividade associativa variada, rica e diversificada. Foi a partir de 1850 que várias associações, de sociedades e de clubes, apareceram no cenário em que se encontravam os imigrantes europeus no Brasil. Nessas associações, as pessoas simplesmente se encontravam para cultivar a amizade e a boa conversa, para promover os esportes, a arte e a música ou para dar vida a iniciativas de assistência, de mútuo amparo e de promoção da saúde, ou para, enfim, pôr em marcha organizações destinadas a desenvolver projetos de maior envergadura.

A constituição de associações de agricultores passou a ser bastante defendida e estimulada como alternativa na busca da solução de problemas comuns, nas quais cooperam uns com os outros. Elas conseguem atuar de forma localizada, possuindo estrutura simples e enxuta, permitindo maior facilidade de gestão associativa.

Entendem-se por associações de pequenos agricultores as entidades que agrupam um certo número de agricultores com interesses comuns, tendo como finalidade resolver seus problemas coletivos mediante práticas solidárias. Esses problemas podem ser de ordem econômica, política e social (SILVEIRA, 1992). Diversas quanto aos objetivos, vão da cooperação na produção coletiva, comercialização dos produtos agrícolas, compra conjunta de insumos, máquinas e implementos e seu uso, até as mais embrionárias formas de construção de espaços democráticos de ajuda mútua e de procura de alternativas. Heterogêneas do ponto de vista de sua constituição, formais e informais, de caráter local ou microrregional, revelam a complexidade da constituição do universo dos pequenos agricultores do Brasil (LANOY, 1992).

O associativismo é um conjunto de práticas sociais desempenhadas pelos agricultores organizados, almejando benefícios comuns, que isolados não conseguiriam. Esses

benefícios são de conhecimento de todos os agricultores, mas existem barreiras que impedem o desenvolvimento de formas associativas, as quais devem ser transpostas baseando-se na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e no respeito mútuo para atingir um estágio de cooperação na produção agrícola (PELEGRINI, 2003).

O ato de organizar-se surge da incapacidade de resolver problemas de maneira individual que parecem ser superiores às habilidades ou aptidões dos indivíduos. A reunião de esforços daqueles que apresentam as mesmas deficiências, ou vivem situações semelhantes, torna-se uma forma eficaz com vistas a criar alternativas para o enfrentamento e a busca de soluções para as diversas distorções vigentes.

Dessa forma, muitas vantagens já são atribuídas ao associativismo. Nos casos de compra coletiva de insumos e venda da produção, têm-se ganhos médios em torno de 20% a 30% (SILVEIRA, 1992). Já Martínez (2001) enumera as seguintes vantagens do trabalho associativo: maior intercâmbio de idéias e experiências; maior objetivação na identificação de problemas e possíveis soluções; melhor organização do trabalho; incorporação de tecnologias que são inacessíveis individualmente; melhor qualidade e oportunidade nas tarefas; aumento das entradas; melhor poder de negociação; melhor qualidade das condições de vida e melhor atividade social.

Para Barros (1994), a organização associativa supõe as seguintes funções: tornar mais eficiente o esforço do grupo; aumentar o seu rendimento; diminuir o esforço de cada participante; dividir o trabalho ou as suas operações a serem realizadas; tornar um grupo mais integrado e estimular a interdependência dos indivíduos dentro da organização.

Transformar a participação individual em participação grupal e comunitária constitui uma “alavanca”, um mecanismo que acrescenta capacidade produtiva e comercial a todos os associados, colocando-os em melhor situação para viabilizar suas atividades. A troca de experiências e a utilização de uma estrutura comum possibilitam explorar o potencial de cada um e, conseqüentemente, conseguir maior retorno por seu trabalho.

Mediante a associação, o grupo percebe a força coletiva que possui e, dessa forma, passa a dirigir os passos do próprio desenvolvimento, guiar o próprio destino e o destino da comunidade. No entanto, todos esses benefícios e oportunidades possibilitados pelo trabalho coletivo por meio do associativismo, muitas vezes, não têm se refletido na prática.

Vários são os fatores atribuídos ao fracasso de associações e, entre eles destacam-se o individualismo inerente às pessoas, a falta de objetivos claros nas associações, a não-visualização de forma clara dos benefícios propostos, a centralização por parte da diretoria, a falta de comprometimento e de comodismo dos associados (para quem se envolver, se os outros fazem?) (LAGO et al., 2006). Esses e outros aspectos causadores de insucesso em associações podem evidenciar alguns dos principais entraves a uma maior consolidação dessa forma de organização. Porém, os entraves podem ser superados mediante educação, definição de objetivos claros nas associações com a visualização clara dos benefícios e comprometimento para a participação efetiva e conseqüente salto de desenvolvimento do setor.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O presente trabalho foi realizado com base em uma pesquisa exploratória. De acordo com Gil (2002), uma pesquisa exploratória envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão da situação abordada.

Nesse sentido, adotou-se, como procedimentos metodológicos, a utilização de dados primários e secundários. Segundo Tachizawa & Mendes (2001, p.55), “entendem-se como dados primários aquelas informações obtidas diretamente no campo ou origem dos eventos pesquisados. Dados secundários, por sua vez, são aqueles obtidos, por exemplo, de obras bibliográficas”.

A coleta de dados primários baseou-se em entrevistas não estruturadas com o representante da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), Federação Apícola do Rio Grande do Sul (FARGS), Associação Gaúcha de Apicultores (AGA), Associação de Apicultores de Santa Maria (APISMAR); pesquisadores em apicultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). As entrevistas foram realizadas no mês de junho de 2006, durante um seminário temático promovido pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios (CEPAN), na UFRGS, em Porto Alegre, RS.

Quanto aos dados secundários, procedeu-se revisão de literatura selecionada, em bibliografias e *sites* que abordam a forma de organização coletiva por meio de associações e cooperativas, fundamentadas na cooperação.

Mediante os procedimentos metodológicos utilizados, formou-se um instrumental analítico e prático,

que possibilita visualizar as particularidades da apicultura, bem como suas interfaces com o associativismo.

4 HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE APÍCOLA

Com a finalidade de obter uma maior produtividade, tanto com os produtos diretamente produzidos pelas abelhas como com o incremento da produção agrícola mediante a sua polinização, desenvolveu-se a atividade apícola. A apicultura é definida por Muxfeldt (1968) como “a arte de preservar abelhas, respeitando suas características e particularidades”.

A atividade apícola não é recente, haja vista a quantidade de fatos que demonstram que, desde tempos mais remotos, já havia um grande interesse do homem pelas abelhas e seus produtos. Schirmer (1986) relatou que as abelhas acompanham o homem desde a pré-história, não mudando suas atividades. Nesse estudo encontram-se referências sobre a apicultura em Valência (Espanha), onde um desenho paleolítico de dez mil anos mostra um apicultor recolhendo mel. Igualmente na Alemanha, foi encontrado um favo com aproximadamente dez mil anos, cujos alvéolos têm o mesmo formato dos atuais. Na Europa, na África e na Ásia há relatos e desenhos que permitem concluir que as abelhas já eram exploradas pelo homem, de forma predatória e sem qualquer tipo de manejo, há mais de cinquenta mil anos.

Preciosos e autênticos documentos históricos, expostos no Museu de Berlim, autorizam afirmar que foram os egípcios os pioneiros na criação de abelhas. Aliado a isso, Morse & Hooper (1986) comentam que os egípcios utilizavam cera de abelha como componente durante o embalsamento das múmias e em pinturas a cera quente (encáusticas). Sabe-se que algumas das mais belas pinturas encáusticas primitivas encontram-se em coleções de egiptologia, datadas de cerca de 60 a.C a 250 a.C.

Segundo Lengler (1994), escavações no golfo de Salerno trouxeram achados valiosos, do ponto de vista arqueológico, principalmente em relação aos hábitos da população grega primitiva. Nesses achados destacam-se várias ânforas de barro cheias de mel em excelentes condições. Os gregos já construíam apiários e suas colméias eram feitas de palha trançada ou de colmo em forma de sino, como também faziam os romanos, vindo daí o nome colméia. Pelo que foi achado nessas escavações, concluiu-se que, em Atenas, as leis para a apicultura eram rigorosamente cumpridas pelos apicultores da época, pois o mel, além de estar em excelentes condições, estava embalado como determinaria qualquer moderno controle de qualidade.

No Brasil, até 1950, a literatura, bem como os materiais apícolas, era escassa. Entretanto, de acordo com Muxfeldt (1968), o pastor Americano Lorenzo Loraim Langstroth, em 1851, inventou a colméia mobilista, que leva o seu nome (Colméia Langstroth), sendo considerado o “Pai da Apicultura Moderna”. Essa colméia é recomendada como sendo padrão de qualidade pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pela Confederação Brasileira da Apicultura (CBA).

O pioneiro da apicultura nacional, ao qual foi conferido o título de “Pai das Abelhas”, foi o alemão Frederico Augusto Hanemann, nascido no Reino da Saxônia, em 1819. Ele veio, com outros imigrantes alemães, para colonizar São Leopoldo, RS, mas foi o primeiro imigrante apicultor a chegar ao país com o firme propósito de se dedicar à criação de abelhas em 1853. Porém, o sul do Brasil também se destacou, devido à contribuição de outros imigrantes alemães, entre eles a família Schenck que, na década de 1900, instalou um grande apiário em Taquari, cidade e município que até hoje é a Meca da apicultura gaúcha (MUXFELDT, 1968).

No entanto, a apicultura brasileira se divide em duas etapas: antes e depois da chegada das abelhas africanas. Em 1956, o professor Warnick Estevam Kerr, pesquisador da Universidade de São Paulo, em trabalho de revisão bibliográfica sobre apicultura, encontrou dados que mostravam as abelhas africanas *Apis mellifera scutellata* serem de alta produtividade. Com apoio do governo brasileiro para a importação dessa raça de abelhas, uma vez que se trabalhava apenas com a abelha européia (mais mansa, e de menor produtividade), o pesquisador partiu em uma missão para a África, em busca das mais produtivas rainhas. Nesse mesmo ano, em virtude de um acidente com essa raça de abelha recém-importada (um apicultor retirou as telas excludoras da entrada das colméias onde 26 rainhas africanas enxamearam), iniciou-se a africanização dos apiários brasileiros (GONÇALVES, 2006a).

Porém, de acordo com Gonçalves (2006b), a grande agressividade das abelhas africanas, bem diferentes das dóceis abelhas européias, aliada à falta de conhecimento da biologia e do comportamento das abelhas africanas, bem como a inexistência de métodos apropriados de manejo dessas abelhas, ocasionaram a desistência quase total do apicultor diante da mortandade e acidentes com animais domésticos e pessoas, ocorridos no período de africanização (1956 até 1967). Isso provocou uma grande diminuição no

número de colméias o que acarretou uma baixa na produção nacional de mel nesse período. Ainda de acordo com o mesmo autor, a recuperação e a expansão da apicultura brasileira iniciaram-se apenas a partir de 1967, que culminou com a criação da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), em 1968.

A criação de abelhas apresenta, há muito tempo, aspectos importantes no desenvolvimento da atividade agropecuária, desde a polinização das plantas com conseqüente aumento na produção de frutas e sementes, bem como na produção de alimentos para o sustento do homem do campo.

Os produtos da colméia sempre foram um alimento de alto valor nutritivo para o homem. Mas, além de alimento, os produtos das abelhas foram utilizados entre os primeiros recursos medicinais que o homem primitivo encontrou na natureza e deles fez uso empírico e intuitivo. Enfrentando todos os perigos, ele empreendeu verdadeiras aventuras pelos galhos das árvores e encostas de rochedos escarpados, furtando os favos para saborear o doce mel e saciar a sua fome. Assim, o “Homem das Cavernas”, não dispondo das modernas técnicas de produção e separação dos produtos das abelhas, simplesmente abocanhava e saboreava os pedaços dos favos que, além de mel, também continham: própolis, pólen, geléia real e larvas de abelhas (FACHINI, 1998).

Dessa forma, além de se beneficiarem das nobres propriedades alimentares, foram observando e assim aprendendo, que o uso mais ou menos regular daqueles produtos, além de servirem como alimento, não só curava as suas enfermidades – apiterapia, como também tinha a maravilhosa capacidade de preveni-las - apiprofilaxia. A apiterapia é, definido por Souza (2002), como uma ciência que se baseia na utilização terapêutica (tratamento) dos produtos das abelhas, na cura de diversas enfermidades, como, por exemplo, reumatismos e artrites que são tratadas com o veneno da abelha (apitoxina). Já, a apiprofilaxia consiste no uso mais ou menos regular de pequenas quantidades dos produtos das abelhas, como própolis, pólen, geléia real, apitoxina, cera, com os objetivos principais de evitar desequilíbrios funcionais ou enfermidades nos organismos vivos, melhorar a qualidade de vida e promover a sua longevidade.

Ao longo dos anos, outros produtos da abelha foram sendo descobertos e suas indicações para uso humano pesquisadas. Pelo Quadro 2, pode-se observar o que já foi pesquisado e algumas das indicações para os produtos das abelhas mais importantes.

QUADRO 2 – Produtos das abelhas e suas indicações.

Produto	O que é	Uso
Própolis	Produto de origem vegetal, oriundo de substâncias resinosas, balsâmicas e grudentas que as abelhas coletam de certas plantas.	Tratamento de doenças infecciosas, tem propriedades farmacológicas tais como: antiinflamatória, antitóxicas, anestésicas, estimulantes, antioxidantes, bacteriostáticas, bactericidas, anti-sépticas e cicatrizantes.
Pólen apícola	Diferente do pólen floral. A abelha aglutina-o com a saliva, para fixá-lo nas corbículas (pernas) e transportar até a colméia. Possui riqueza infinita de minerais, proteínas e fibras vegetais, pois a saliva da abelha é rica em aminoácidos, vitaminas e enzimas.	Consumido diariamente, traz ao homem benefícios no: humor, disposição, visão, vitalidade e diminuição do envelhecimento cerebral. Regulariza a anemia, aparelho digestivo, cardiovascular, urinário, hormônios sexuais e prostatismo.
Geléia real	Secreção das glândulas hipofaríngeas e mandibulares das abelhas operárias com 4 a 14 dias de idade.	Estimulante do organismo e vitalizante dos órgãos em geral, tratamento de pele, aumento do apetite, formação de resistência contra gripe e resfriado, combate às afecções do aparelho respiratório, como asma, bronquites, etc. É indicada, ainda, nos casos de tumores e câncer e também como revigoradora do sistema imunológico.
Apitoxina (veneno abelhas)	Extração da parte não tóxica do veneno da abelha, manipulado em laboratório.	Tratamento de reumatismos dolorosos, dores musculares, artrose, artrite reumática, bursite, nevralgias (ciático e trigêmeos), tendinites.
Cera	Usada pelas abelhas para isolar orifícios na colméia e na construção dos favos para depositar mel.	Ungüentos, emplastos, bálsamos, pomadas, supositórios e xaropes, e como produtos de beleza; usa-se para confecção de batons, cosméticos e fabricação de pastas dentífricas.
Mel	Substância viscosa, adocicada e aromática, preparada pelas abelhas à custa do néctar que recolhem das flores. Sua variada coloração (amarelo-claro a escuro), aroma, paladar e viscosidade são decorrentes das diferentes fontes florais que o originaram.	Alimentação em geral, adoçante e prevenção de doenças respiratórias, alérgicas, gripes e resfriados. Quanto mais escuro o mel for, mais sais minerais poderão ser encontrados na sua composição. O mel pode ser líquido, cristalizado, granulado ou cremoso, sendo características que ocorrem devido às condições de temperatura em que é estocado.

Fonte: Construído pelos autores com base em Brasil (2000), Crane (1983), FARGS (2005) e Wiese (2005).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como se objetiva neste artigo analisar se o associativismo apícola possui relevância quanto à capacidade de articulação e desenvolvimento do setor, nesta seção abordam-se os resultados, mediante o *background* de cooperação e associativismo. Tais resultados serão possíveis de se analisar mediante a obtenção de informações provenientes das entrevistas

referidas nos procedimentos metodológicos. As dificuldades do setor, bem como a forma de organização associativa, além das alternativas e entraves de mercado são tratadas a seguir.

5.1 O mercado e seus entraves

Até 2001, a produção brasileira de mel era totalmente consumida no mercado interno, quase não

havendo participação no mercado externo. Porém, o agronegócio da apicultura teve um crescimento mais acelerado a partir de 2002, devido ao seu rápido crescimento no mercado externo, em face do embargo sofrido pela China e Argentina (principais exportadores mundiais de mel). Os EUA e a Comunidade Européia, por meio do embargo, suspenderam a importação de mel desses países devido aos altos índices de resíduos de drogas veterinárias encontrados no mel oriundo daqueles países.

Devido às barreiras sanitárias impostas, houve falta de mel no mercado e vários outros países passaram a participar do mercado internacional de mel, inclusive o Brasil, que até então mantinha uma posição de importador. Em 2002, com o bloqueio de mel dos maiores exportadores no mercado mundial, as exportações do mel brasileiro cresceram 5,078% em volume, em relação ao ano anterior. Ainda, em reação a esse mesmo fato, o aumento das exportações do país no ano de 2003, em relação a 2002, foi de 52,47%, conforme a Figura 1.

Ano	Volume exportado (t)	Varição (%)
2000	269	-
2001	2.489	925,00
2002	12.640	5.078,00
2003	19.273	52,47
2004	21.029	9,11
2005	14.440	(31,03)

FIGURA 1 – Exportações brasileiras de mel.

Fonte: FAOSTAT (2006) e SECEX (2006).

Constate-se, assim, que a queda das exportações brasileiras de mel em 2005 foi decorrente, além da queda do câmbio, principalmente em função da volta da China ao mercado internacional e do aumento da produção mundial nos últimos anos, estimulada pela ausência chinesa (PEREZ et al., 2006). Porém, esses autores afirmam ser pouco provável que o Brasil venha a perder o mercado internacional conquistado nos últimos anos, já que a crise de 2002/2003 proporcionou a entrada de um produto de qualidade, o que justifica que, mesmo com a volta da China ao mercado, o interesse pelo mel brasileiro não diminuiu, ou seja, existe mercado para o mel brasileiro, até porque o volume exportado ainda é pequeno no contexto mundial.

Em abril de 2006, houve reversão desse quadro até então favorável à exportação brasileira de mel, na qual a

União Européia (UE) suspendeu a importação de mel produzido no Brasil sob a alegação de que o país não estava de acordo com as normas de saúde e proteção ao consumidor, por não atender ao controle de resíduos biológicos exigidos pela UE.

De acordo com Cunha (2006), a presença de resíduos biológicos no mel dá-se em função da utilização de antibióticos nas colméias, procedimento esse que não é adotado na produção brasileira. Esses resíduos biológicos encontrados no mel advindo do Brasil devem-se ao fato de não existir rastreabilidade do produto, além do que, muitas vezes, os exportadores brasileiros compram mel a um preço muito mais competitivo de países vizinhos, que sofrem com doenças de abelhas que exigem o uso de antibiótico, problema esse não enfrentado em território brasileiro.

Para convencer a UE a retomar as importações, o governo brasileiro propõe, além do monitoramento do produto, o aumento do número de amostras a serem examinadas e mais empenho na fiscalização e no controle dos resíduos.

Baseado em dados do Brasil (2006), o monitoramento do Programa Nacional de Controle de Resíduos (PNCR), entre 2003 e 2005, cresceu 205%, demonstrando o empenho do MAPA nessa questão. Além disso, a reestruturação do Ministério priorizou a fiscalização e o controle de resíduos, com a criação, às pressas, da Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes. A inclusão do mel no PNCR permite o monitoramento para antibióticos, sulfas e substâncias banidas pela UE como o cloranfenicol, a estreptomicina, a tilosina e metabólicos de nitrofuranos, estando previsto, ainda para o segundo semestre de 2006, o monitoramento de metais pesados. Na busca pela retomada das exportações do mel brasileiro, o MAPA argumentará que o PNCR para o exercício 2006 inclui o monitoramento do produto e prevê exames de 19.613 amostras, cerca de mil amostras a mais que em 2005.

A exportação dos produtos apícolas representa grande oportunidade para o agronegócio brasileiro. Por isso, Gonçalves (2006b) alerta para o fato de que se deve fazer de tudo para que não se perca esse negócio, mediante o afinco da CBA em buscar apoio das instituições responsáveis pelo levantamento do embargo em Brasília.

De acordo com o presidente da Federação Apícola do Rio Grande do Sul (FARGS), e eleito presidente da CBA, durante o XVI Congresso Brasileiro de Apicultura (José Gomercindo Corrêa da Cunha), realizado em Aracaju, em maio de 2006, integrantes do Ministério da Agricultura

estiveram reunidos com lideranças do setor apícola. Naquela ocasião, ficou acertada a contratação emergencial do laboratório de referência internacional em análises de resíduos de mel - APPLICA GMBH, com sede na Alemanha, firmando uma cooperação técnica entre o MAPA, o Setor e o APPLICA, para agilização no levantamento do embargo, já que laboratórios brasileiros ainda não se enquadram nos critérios e normativas em questão.

Apesar do bloqueio europeu ao mel brasileiro, houve crescimento das vendas externas com a recuperação de negócios em outros países, principalmente nos Estados Unidos, conforme resposta de Henrique Faraldo, presidente da Associação Brasileira dos Exportadores de Mel – ABEMEL, ao ser questionado sobre as exportações de mel. Ele afirma ainda, que, no primeiro mês após o embargo (abril), as vendas não passaram de 381 toneladas e, em julho de 2006, somaram 1.200 toneladas.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE (2003), o volume da produção nacional de mel em 2003 foi de 30.022.404,00/kg, o que representa um valor de R\$ 161.673.796,00. Portanto, há um grande potencial para o crescimento do mercado. Porém, é importante salientar que informações desse tipo são assimétricas, pois é difícil quantificar a produção real, visto que muitos produtores pequenos não possuem o registro de produtor rural.

Assim, é possível boas oportunidades para a apicultura brasileira, sustentada pela organização e cooperação encontradas no associativismo apícola. Pode-se afirmar que, num futuro próximo, o país poderá se tornar um dos mais importantes produtores mundiais de produtos apícolas de qualidade, em especial de mel.

5.2 As dificuldades do setor apícola e o associativismo

Segundo Lengler (2000, 2001), as associações apícolas são o alicerce da apicultura, pois, em cidades onde não há associação de apicultores, é grande a dificuldade de comercializar o mel, bem como difundir a produção de pólen, própolis e geléia real, além de terem importância vital quanto à difusão do consumo desses produtos. Isso porque o consumo de mel no Brasil é muito pequeno (60 gramas/ano) em relação a outros países, como a Alemanha, onde o consumo é de 1,3 kg de mel per capita/ano.

Para Paula Neto & Almeida Neto (2005), um dos maiores desafios da atividade apícola refere-se à falta de produção contínua para atender ao mercado consumidor de grande porte, a preços baixos; ao desconhecimento de alternativas de venda; à sazonalidade da demanda (o maior consumo de mel se dá, principalmente, como remédio,

durante o inverno); às altas taxas de impostos e à qualidade do produto que não atendem ao mercado consumidor.

Ainda no que concerne às dificuldades encontradas no comércio apícola, ressalta-se que esses se referem a quatro fatores essenciais que devem estar em perfeita harmonia: **a qualidade**, da qual o consumidor está cada vez mais exigente; **o preço**, no qual a competitividade exige uma forte negociação, o que só se consegue com maior produtividade e um constante acompanhamento de custos de produção; **a regularidade**, em que haja frequência de produto, pois de nada adianta vender um ótimo produto hoje e não se ter esse mesmo produto para vender amanhã **e a quantidade**, pois não adianta trabalhar todo um mercado se não se tem produto para atender à demanda.

Assim, como forma de enfrentamento dessas dificuldades, mediante a ação coletiva, até mesmo pequenas empresas concorrentes buscam reduzir seus custos e obter ganhos de competitividade ou de produtividade, adotando maior escala de produção. Por outro lado, para que os apicultores possam competir com grandes empresas, eles devem focar na cooperação e se organizar em núcleos, associações, clubes ou cooperativas, pois cooperando encontrarão mais facilidade na comercialização das suas safras.

A maior presença de organizações apícolas de natureza coletiva em forma de associações justifica-se pelo fato de essas serem a estrutura mais simples e de menor burocracia. Segundo Pinho (2004), as associações apresentam ainda menor custo, pois têm isenção tributária total, não podendo remunerar seus dirigentes, ao contrário das cooperativas.

No entanto, a organização associativa apresenta alguns problemas. Segundo os entrevistados, a falta de comprometimento nas associações e a falta de motivação dos apicultores no engajamento do trabalho associativo são os principais entraves para essa forma de organização. Sattler (2006) ressalta que a maioria dos apicultores demonstra interesse em obter melhores resultados, porém, reclama mais das adversidades do que age em prol de mudanças e melhorias para o setor. Corroborando essa idéia, os demais entrevistados afirmam que as associações apenas conseguem obter melhores resultados para seus associados e para o setor se todos os associados participarem, de forma contínua, engajada e comprometidamente, da organização setorial.

A organização setorial parte da Apimondia – órgão máximo da apicultura mundial, com 5 milhões de membros filiados, representados por 49 países. O Brasil se filiou por intermédio da CBA, que iniciou a organização do setor

apícola no país em 1967. Entretanto, oficialmente, a fundação da CBA ocorreu no dia 28/01/1968, em Porto Alegre, RS, e o seu primeiro presidente foi o apicultor porto alegreense Hugo Muxfeldt e seu vice, Bruno Schirmer.

No Brasil existem em funcionamento 16 federações de apicultores (âmbito estadual) e mais de 350 associações de apicultores (âmbito municipal ou regional) filiadas a CBA. Quanto ao número de empresas apícolas, são 210 registradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento com Serviço de Inspeção Federal (BRASIL, 2006). Porém, sobre as cooperativas apícolas e o número preciso de apicultores, não é possível fazer qualquer afirmação diante de dados contraditórios do IBGE, do MAPA e da CBA.

Seguindo exemplos de organização, a maior federação apícola do país é a FARGS, que possui 73 associações de apicultores, 3 cooperativas e quarenta empresas filiadas. Salienta-se, a relevância da sua atuação em ações de rastreabilidade, certificação orgânica, divulgação de pesquisas por meio das instituições parceiras, efetivação de parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater- RS), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como ações estratégicas para o crescimento e o fortalecimento do agronegócio apícola.

De acordo com Sattler (2006), os apicultores se unem e se organizam em associações, em função da necessidade de investimento de capital que, individualmente, se torna muito elevado, além de outras necessidades também fundamentais para o desenvolvimento do setor. Assim, embora a Casa do Mel seja exclusiva para a produção própria do apicultor, admite-se que atenda também aos apicultores vizinhos ou da região, muitas vezes por intermédio de associações.

Por Casa do Mel, Wiese (2005) entende o estabelecimento destinado à produção com recepção dos quadros para classificação, desoperculação, centrifugação, filtragem, decantação, estocagem e processamento do mel e demais produtos das abelhas, limitando a produção das colméias do seu proprietário e ou associados, que deverá ser compatível com a capacidade instalada.

O mesmo autor afirma que, por intermédio da Casa do Mel, será possível extrair e envasar o mel em condições mais higiênicas e técnicas. Essas condições são essenciais

para obter, mediante relacionamento e registro no Serviço de Inspeção Sanitária, o respectivo registro que legaliza a condição do produtor para a venda direta do mel ao consumidor, desde que haja justificativa e viabilidade econômica para o investimento exigido para a sua construção.

A estrutura física da Casa do Mel apresenta construção e disposição simples, constando de área de recepção do material do campo (melgueiras) separada da área de manipulação, área de processamento do mel (podendo ser subdividida, conforme a etapa de processamento), área de envase, local de armazenagem do produto final e banheiro em área isolada (externa ao prédio). A construção deve obedecer às normas sanitárias do MAPA, Portaria nº 006/986.

Como exemplo de Casa do Mel vinculada ao associativismo apícola, observaram-se as instalações da Associação Gaúcha de Apicultores (AGA), que leva esse nome por ser a mais antiga associação de apicultores do Rio Grande do Sul, fundada em 29 de novembro de 1962. Porém, sua casa do mel foi inaugurada oficialmente em 7 de junho de 1998.

Segundo o responsável técnico da AGA, a associação, localizada no Centro Agrícola Demonstrativo de Viamão, RS, possui cerca de 100 associados da região de Porto Alegre. A associação tem 2 funcionários responsáveis pelas atividades de recebimento, beneficiamento e envase de mel, atendendo às especificações exigidas pelo Ministério da Agricultura mediante o Selo de Inspeção Federal (SIF). Após a rotulagem, o produto é colocado à disposição dos consumidores em 3 pontos de distribuição: praça da Alfândega, rua José Bonifácio e parque da Redenção.

O beneficiamento funciona recebendo tanto as colméias para total beneficiamento como os baldes (25kg) e “bombonas” (75kg de mel) que vão para decantação, descristalização e envase. Além da “jóia” que cada associado paga ao associar-se, para usufruir das instalações, são cobrados 10% do produto líquido recebido quando ainda na colméia e 8% quando o produto chega já em baldes ou “bombonas”. O pagamento é feito em produto e não em dinheiro, o que gera baixo capital de giro para a associação.

A AGA possui capacidade para beneficiamento de 100 toneladas de mel ao ano, porém, a média anual é de 30 toneladas, visto que, geralmente, ocorrem duas safras ao ano e falta produção para que seja possível operar em capacidade total, segundo o ex-presidente da associação (Sattler, 2006). Lengler (2001, 2006a) destaca que o maior

problema do associativismo apícola é quanto à participação e o comprometimento dos associados na sua associação, onde muitos atuam de forma oportunística, agindo muito mais em benefício próprio e individual do que em benefício da coletividade.

No caso da AGA não poderia ser diferente. Dos 100 associados, cerca de 50 seguem à risca as responsabilidades e direitos definidos no estatuto interno da associação. Entre os demais, alguns já deixaram a atividade apícola, outros usam apenas a estrutura física da associação para beneficiar o produto, não participando das discussões e reivindicação por parte da associação, estando clara a falta de comprometimento e o oportunismo.

Como forma de superação desses problemas que não são exclusivos dessa associação, certamente a educação associativa é uma das bases necessárias. Além disso, o associado que ingressar em uma organização coletiva deve estar ciente das dificuldades que irá enfrentar, já que nem sempre terá os benefícios esperados. Porém, é justamente pela percepção dos benefícios que ele se tornará um associado ativo e comprometido com a causa.

Por isso, é fundamental que os associados percebam os benefícios de estarem engajados nesse tipo de organização, não apenas benefícios financeiros, que muitas vezes só virão no médio e longo prazo, mas benefícios no campo da coletividade, no avanço e no reconhecimento do setor, na articulação com outras entidades apoiadoras, na conquista de novos mercados e tantos outros benefícios muitas vezes intangíveis e não percebidos pelos associados.

Cunha (2006) destaca que o apicultor entende muito de manejo de colméias e sabe produzir mel com facilidade, mas tem dificuldade na sua comercialização, pois, na maioria das vezes, é homem simples, do campo, não estando familiarizado com o comércio. Esse autor acrescenta ainda que o apicultor tem o hábito de vender a safra de mel logo após a colheita, quando o preço está defasado e não se organiza para realizar vendas programadas durante os 12 meses do ano.

Na medida em que a fiscalização nas barreiras sanitárias continua ocorrendo com apreensão de produtos das abelhas sem a devida inspeção, seja por meio do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), da Coordenadoria de Inspeção Industrial de Produtos de Origem Animal (CISPOA) ou do Serviço de Inspeção Federal (SIF), os apicultores não organizados terão dificuldade em escoar sua safra. Dessa forma, Lengler (2001) ressalta a importância do papel das associações, com assessoria e apoio de responsável técnico, a fim de evitar essa situação

e contribuir para a melhoria do desenvolvimento das atividades apícolas.

A comercialização dos produtos das abelhas pode ser melhorada, dependendo do repasse das informações remetidas dos apicultores para suas federações, informando a que associação pertencem, quantas colméias possuem e qual sua produção, média/colméia/ano. Todo o quadro social da associação deve dar a sua contribuição, isto é, comprometer-se e, unidos, procurar parcerias para um maior esclarecimento à população do uso e da utilidade dos produtos das abelhas. Além da divulgação dos benefícios dos produtos das abelhas à população, a informação sobre a importância da própria abelha na produção de grãos e frutas também se faz necessária.

Mediante a cooperação e a força do associativismo apícola, torna-se possível a articulação do setor com o governo no que se refere, por exemplo, à questão da certificação dos produtos das abelhas e, principalmente, quanto à questão do embargo às exportações brasileiras (tanto em âmbito nacional, por meio da Câmara Setorial do Mel e Produtos Apícolas vinculado ao Ministério da Agricultura, como em âmbito estadual, vinculado à Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento). Assim, estando o setor organizado, as associações e federações, unindo forças e cooperando, podem atuar desenvolvendo alternativas de comercialização em conjunto com prefeituras, como, por exemplo, mediante a inclusão do mel na merenda escolar.

5.3 Mel na merenda escolar: uma alternativa de mercado

Em 2005, o SEBRAE começou a realizar um estudo de mercado para desencadear uma campanha de consumo interno de mel. Uma idéia é difundir iniciativas, como as de prefeituras que já colocam o mel na merenda escolar. No Rio Grande do Sul, em algumas cidades como Pinhal, Encruzilhada, Jari e Itaara, o poder executivo, preocupado com a saúde das crianças, instituiu por lei o uso de mel na merenda escolar (LEGLER, 2000), assim como outros municípios, como Gramado e Canela, onde algumas escolas também já adotaram essa mesma prática (SCHERER, 2006).

Visualizando essa possibilidade, Scherer (2006) destaca que as associações podem buscar articular com as prefeituras a inclusão do mel na merenda escolar, devendo esse ser fornecido por apicultores da associação do município. Oportunamente, quando muitos municípios também seguirem esse exemplo, pode-se retomar a luta para que ele seja incluído na merenda de escolas estaduais.

Uma estratégia que se mostra viável no médio prazo é estimular o aumento do consumo por meio de campanhas

para a introdução do referido alimento nas refeições diárias da população. Uma ação bem sucedida refere-se à introdução de sachês de mel na merenda escolar de municípios o que, segundo Lengler (2006b) e Scherer (2006), representa um consumo diário estimado de 5g/aluno/dia.

Pelos cálculos dos entrevistados, a inclusão na merenda escolar pode ajudar a contornar a crise provocada pelo embargo da União Européia ao mel brasileiro. Segundo eles, se cada um dos 31 milhões de estudantes do ensino fundamental da rede pública recebesse um sachê com 5 gramas, por 180 dias do ano letivo escolar, seriam consumidos mais de 25 mil toneladas por ano – o equivalente a 83% da produção nacional registrada pelo IBGE em 2003.

Embora Sattler (2006) afirme que o mel deva ser introduzido na alimentação infantil apenas a partir do primeiro ano de vida, devido aos esporos do *Clostridium botulinium* serem encontrados em produtos agrícolas, ressalta-se que apenas o contato da salivação com o resquício do mel incrustado na chupeta pode propiciar o desenvolvimento da contaminação na criança, quando a chupeta não for higienizada adequadamente. Pesquisas realizadas por Mugnol (1997) apontam que não existem casos relatados de botulismo infantil no Brasil.

Segundo Lengler (2006b), o Dr. Morris Fishbein, presidente da Associação Médica Americana, uma das maiores autoridades médicas dos EUA, em 1924 já ressaltava que o mel contém grandes quantidades de minerais e vitaminas necessários à saúde do corpo humano, sendo um alimento saudável, principalmente para as crianças. Com base nisso e nas pesquisas de Mugnol (1997), muitos especialistas recomendam o seu consumo, obedecendo aos cuidados de higienização, para adoçar o leite de lactantes para ser fornecido ao bebê.

No cumprimento da legislação em vigor em relação à qualidade e à segurança alimentar, é assegurado que o mel chegará à merenda escolar com o mesmo nível exigido pela Comunidade Européia, pelo Japão e pelos Estados Unidos.

Não obstante a possibilidade de introdução do mel na merenda escolar, existem outras estratégias a serem implementadas no mercado interno, tais como criação e divulgação de catálogos sobre o mel e derivados. Catálogos que destaquem sua importância para a alimentação humana vêm sendo confeccionados com o apoio da FARGS que, com o setor apícola organizado, buscou a parceria do Sebrae/RS, no final de 2004.

Dessa cooperação com o Sebrae, nasceu o Grupo Gestor de Apicultura, que desenvolveu um projeto, em

conjunto com a FARGS, de pontos fortes e pontos fracos, a serem trabalhados no associativismo apícola do estado, a fim de atender às reais demandas da atividade e dos apicultores, para alcançar melhorias para o setor. O Grupo Gestor de Apicultura/Sebrae conta ainda com o apoio de representantes da Embrapa, Fepagro, Senar, Emater, UFRGS, UFSM, Universidade do Vale de Taquari - UNIVATES, de associações de apicultores (Associação Gaúcha de Apicultores, a AGA; Associação de Apicultores de Santa Maria, a Apismar; a Associação Caibatense de Apicultores, a ACA, etc.), do Grupo Empresarial de Apicultura de São Gabriel, do Núcleo de Apicultores de Pelotas e da Cooperativa Apícola de Arroio dos Ratos.

Além de retornar ao mercado interno com um plano de marketing que vise a desenvolver a comercialização dos produtos apícolas, acredita-se que essa seja uma parceria essencial na busca pela inclusão do mel na merenda escolar. Mediante reuniões, outras ações estão progredindo para esse fim, além dos muitos outros objetivos que vêm sendo conquistados para o setor, dentro desse trabalho de cooperação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas conduzem a algumas reflexões que podem ser pertinentes na busca de maior agregação e desenvolvimento do setor apícola com as potencialidades apresentadas.

Para isso, torna-se importante manter o mercado de exportações recentemente conquistado. Porém, os apicultores devem aproveitar melhor as oportunidades oferecidas pelo mercado interno, buscando alternativas de comercialização como as que foram abordadas e discutidas neste artigo, até mesmo como forma de garantir certa proteção contra as mudanças repentinas no mercado externo.

Com base no que foi abordado, uma das alternativas futuras para quem produz mel de qualidade, como a que o Brasil se dispõe a fornecer, é investir em especialização, como se faz na União Européia com diversos produtos agroalimentares, de forma que, num futuro não muito longínquo, esses produtos raros e valiosos possam ser colocados no mercado como Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP), havendo maior identificação dos produtos fornecidos com a sua região de origem de produção. Ou seja, os apicultores, bem como as associações de apicultores, precisam estar orientados para além da produção, estarem principalmente preparados para o mercado.

Ainda como alternativa para a melhoria contínua da qualidade do mel brasileiro, e da sua maior participação no mercado tanto externo como interno, está o que tange à organização dos apicultores em associações. Na perspectiva de mercado interno, as associações devem investir nas crianças e jovens, bem como nos adultos e em pessoas da terceira idade, aproximando o consumidor da atividade apícola, mediante visitas às instalações de Casas do Mel, esclarecer e orientar como devem ser consumidos os produtos apícolas, bem como seus benefícios, difundindo-os não apenas como medicamentos, mas, principalmente, como alimentos saudáveis para a saúde humana, seja por meio de campanhas publicitárias, palestras em escolas e abertura de espaço nas prefeituras e demais entidades governamentais.

Ainda, retomando a questão da falta de motivação e de comprometimento dos apicultores nas associações, é possível observar que esses aspectos estão presentes nas mais diversas associações, o que consiste em alguns dos principais entraves para essa forma de organização, segundo afirmam os entrevistados. No entanto, observa-se que o associativismo apícola é importante não apenas para a produção e comercialização dos produtos apícolas, mas também porque possui a capacidade de articular o setor na busca do seu desenvolvimento. Assim, por meio de educação associativista e do engajamento das entidades articuladoras, demonstram-se a importância e os benefícios do associativismo. Aos poucos, essa problemática pode ser superada.

A união do setor é a ferramenta fundamental contra as rápidas mudanças no mercado, bem como o apoio que vem sendo dado à apicultura pela cooperação com instituições brasileiras, como o Sebrae e Embrapa, entre outras.

Assim, percebe-se a relevância do papel do associativismo na articulação do setor apícola, salientando-se os avanços já obtidos e trazendo a necessidade de ações em alguns pontos fracos, como os problemas de comercialização, que exigem estratégias de promoção e comercialização ainda mais articuladas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRIOS, J. J. P. **A participação no cooperativismo agrícola**: estudo de caso na cooperativa agrícola de Jaguari – Jaguari - RS. 1995. 157 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1995.
- BARROS, E. V. **Princípios de ciências sociais para a extensão rural**. Viçosa: UFV, 1994. 715 p.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 11**, de 20 de outubro de 2000. Regulamento técnico de identidade e qualidade do mel. 2000. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 18 jul. 2006.
- BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/sigsif_cons/lap_estabelec_nacional_rep>. Acesso em: 1 jul. 2006.
- CADONÁ, L. A.; VELA, H. A. G. Os pequenos produtores familiares e a cooperação agrícola. **Revista do DEAER**, Santa Maria, ano 2, n. 2, p. 79-110, jan./dez. 1994.
- CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CRANE, E. **O livro do mel**. 1980. São Paulo: Nobel, 1983. Título original: A book of honey.
- CUNHA, J. G. C. **Panorama da apicultura nacional e associativismo apícola**. Porto Alegre: [s.n.], 2006.
- FACHINI, O. Apiterapia e apiprofilaxia. In: SEMINÁRIO ESTADUAL DE APITERAPIA E APIPROFILAXIA, 1., 1998, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 1998. p. 7-23.
- FEDERAÇÃO APÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL. **Da colméia para o seu bem estar**. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2005.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **FAO**. Disponível em: <<http://www.faostat.org>>. Acesso em: 9 jun. 2006.
- GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GONÇALVES, L. S. 50 anos de abelhas africanizadas no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, 16.; CONGRESSO BRASILEIRO DE MELIPONICULTURA, 2., 2006, Aracaju, Sergipe. **Anais...** Aracaju: UFPE, 2006.
- GONÇALVES, L. S. **Desenvolvimento da apicultura com abelhas africanizadas no Brasil e sua expansão no Nordeste**. Disponível em: <http://www.reacao.com.br/programa_sbpc57ra/sbpccontrolere/textos/davidjong.htm>. Acesso em: 1 maio 2006.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa da pecuária municipal**. 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 dez. 2004.
- LAGO, A.; HEGEDUS, P. de; MACHADO, J. A. D.; FAGAN, S. Principais causas do não associativismo entre agricultores familiares do município de Nova Palma (RS, Brasil) e estratégias de extensão. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UFCE, 2006.
- LANOY, C. de. **Gestão de fundos rotativos**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992.
- LEGLER, S. **Criação racional de abelhas**. Santa Maria: UFSM, 1994. 79 p.
- LEGLER, S. O mel na merenda escolar. **Revista O Apicultor**, Porto Alegre, ano 1, n. 3, maio/jun. 2000.
- LEGLER, S. Organizar o setor apícola é o caminho. **Revista Brasileira de Agropecuária**, [S.l.], ano 3, n. 15, 2001.
- LEGLER, S. Associativismo apícola. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE APICULTURA DO NOROESTE DO ESTADO, 2000. **Anais...** [S.l.: s.n.], 2006a.
- LEGLER, S. **Mel na saúde humana e na merenda escolar: alimentação infantil**. Disponível em: <http://www.fargs.net/downloads/mel_na_saude_humana.doc>. Acesso em: 20 jun. 2006b.
- MARTÍNEZ, G. R. El asociativismo como factor de éxito y limitaciones. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, [S.l.], v. 2, n. 2, abr./jun. 2001.
- MORSE, R.; HOOPER, T. **Enciclopédia ilustrada de apicultura**. Portugal: Publicações Europa-América, 1986. v. 2.
- MUGNOL, K. C. U. **Botulismo infantil, um estudo preliminar**. 1997. Monografia (Pós Graduação em Biotecnologia – Microbiologia Industrial) - Universidade de Mogi das Cruzes, São Paulo, 1997.
- MUXFELDT, H. **Revista O Apicultor**, [S.l.], ano 1, n. 1, 1968.
- PAULA NETO, F. L. de P.; ALMEIDA NETO, R. M. de. Principais mercados apícolas mundiais e a apicultura brasileira. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: USP, 2005.
- PELEGRINI, G. **Estudo dos fatores condicionantes do processo de formação e atuação das associações de agroindústria familiar: o caso do município de Palmitinho-RS**. 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.
- PEREZ, L. H.; RESENDE, J. V.; FREITAS, B. B. de. Cambio e embargo europeu podem prejudicar exportações apícolas em 2006. **Revista Mensagem Doce - APACAME**, São Paulo, n. 86, maio 2006.
- PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- SATTLER, A. **Desenvolvimento de pesquisas em apicultura na UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- SCHERER, W. **Mel na merenda escolar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- SCHIRMER, L. R. **Abelhas ecológicas**. São Paulo: Nobel, 1986. 218 p.
- SECRETARIA DO COMÉRCIO EXTERIOR. **SECEX**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex>>. Acesso em: 9 jun. 2006.
- SILVEIRA, T. L. N. da. **Organizações de associações**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992. 35 p.
- SOUZA, P. V. **Dicionário de apicultura ABC do apicultor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucart, 2002.
- TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **Cooperação agrícola: melhoria econômica ou novo projeto de vida? Passo Fundo: Berthier, 1992. 136 p.**
- WIESE, H. **Apicultura novos tempos**. 2. ed. Guaíba: Agrolivros, 2005.